

**Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis, um passo
para a preservação do patrimônio moderno.**

Maria da Graça Agostinho (1); Ana Albano Amora (2)

(1)

Arquiteta e Urbanista

Doutora em Ciências Humanas,

Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC.

Membro do Grupo de Trabalho do Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde COC/Fiocruz em
Florianópolis/SC

Endereço: Av. Itamarati, 380, Bl C, Apto 501, Itacorubi, Florianópolis, SC, Cep: 88034-400.

Fone: (48) 3879.1055 e (48) 9143.0333. E-mail: mgagostinho@uol.com.br .

(2)

Arquiteta e Urbanista

Doutor em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, UFRJ

Professor DE, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU -

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ,

Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade/ Pgau-Cidade – Universidade
Federal de Santa Catarina,

Coordenadora em Santa Catarina do Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde COC/Fiocruz.

Endereço: Rua das Laranjeiras, 457, Bl A, Apto 304. Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 22240-005. Fone:

(21) 22250445; Cel: (21) 88589372. Email: aaamora@gmail.com

Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis, um passo para a preservação do patrimônio moderno.

Este trabalho buscou através da reflexão acerca da implantação de quatro edificações, construídas entre 1936 e 1960 com diferentes tipologias e funções, na cidade de Florianópolis, no âmbito do Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde, projeto captaneado pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, estudar suas relações com o desenvolvimento da cidade e com a questão do patrimônio moderno. Essas edificações marcaram o espaço urbano como parte do seu processo de modernização e estiveram articuladas à expansão da sua malha, bem como a sua verticalização.

O primeiro desses edifícios é o antigo prédio do Departamento Estadual de Saúde Pública, representativo do período pós Revolução de 1930 e das políticas públicas de saúde. Da mesma época é o edifício do Hospital Nereu Ramos, construído dentro de modernos preceitos de higiene.

O IPASE, da década de 1940, foi construído para abrigar um serviço de previdência social e ainda hoje, ocupado pelo INSS, mantém seu uso original de órgão público mantendo suas características arquitetônicas originais. Juntamente com o edifício do antigo IAPC, construído ao seu lado, representou a verticalização da área central da cidade.

Essas investigações acerca do patrimônio da saúde em Florianópolis, que refletiu respostas arquitetônicas às necessidades desse campo e são testemunhos do desenvolvimento da cidade no período, remetem à discussão sobre a preservação do moderno, o qual é ainda pouco estudado na cidade, implicando em esforço para dar início a um debate contundente. Essa preocupação está muitas vezes relacionada à própria eminência da perda da memória materializada nessas edificações sujeitas a um sem número de demolições.

A preservação de parte desse patrimônio, especialmente dos prédios públicos, está sendo garantida pelo uso. Entretanto, o projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde pode ser um passo no sentido da utilização do instrumento do inventário como mecanismo de salvaguarda de acordo com a Constituição Federal. Isso se constitui em avanço para o conjunto de ações de preservação nas várias instâncias governamentais.

A investigação, a salvaguarda e a difusão dessa arquitetura e das intervenções urbanas a elas relacionadas são relevantes como resgate das temporalidades espacializadas, referências para a construção de identidades nas cidades contemporâneas, em particular nas brasileiras e em especial em Florianópolis, sujeitas à perda de suas bases históricas materiais.

Palavras Chaves: patrimônio moderno da saúde; preservação; Florianópolis.

Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis, um passo a para preservação do patrimônio moderno¹.

Considerações iniciais

O primeiro passo para uma atitude em relação à preservação do patrimônio é conhecê-lo, reconhecê-lo, ou seja, tomar consciência da sua existência. Este é o primeiro momento de um trabalho dessa natureza, ou seja, revelar o que está presente no nosso cotidiano, mas ao mesmo tempo envolto numa opacidade que não nos deixa enxergar.

Pudemos estabelecer novos olhares para o patrimônio edificado da cidade de Florianópolis através do Projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde, projeto coordenado nacionalmente pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e realizado, simultaneamente, em seis capitais do país em 2007 e 2008. Este projeto foi parte de um conjunto de ações definidas no âmbito da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, criada em 2005 e coordenada pelos ministérios da Saúde do Brasil e do Chile, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e BIREME-OPAS. No Brasil foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu de levantamento minucioso, acompanhado da descrição histórica e arquitetônica das instituições e de suas edificações; a segunda etapa dedicou-se ao levantamento dos arquivos e documentação disponível.

Em Florianópolis/Santa Catarina este projeto foi iniciado em julho de 2007, com equipe de arquitetos, historiadores e bolsistas de iniciação científica e possibilitou a análise das relações destes bens inventariados - revelados pelo olhar qualificado - com o desenvolvimento da cidade e com a questão do patrimônio moderno.

Neste artigo buscamos, através de uma reflexão acerca da implantação de quatro edificações, construídas entre 1936 e 1960 com diferentes tipologias e funções, na cidade de Florianópolis, analisar a sua importância para a construção da cidade e contribuir para a discussão acerca do patrimônio moderno articulado ao processo de desenvolvimento da cidade. Vale considerar que tais edificações marcaram o espaço urbano como parte do seu processo de modernização e estiveram articuladas à expansão da sua malha, bem como a sua verticalização. A investigação, a salvaguarda e a difusão dessa arquitetura e das intervenções urbanas a elas relacionadas são relevantes como resgate das temporalidades espacializadas, referências para a construção de identidades nas cidades contemporâneas, em particular nas brasileiras, sujeitas à perda de suas bases históricas materiais.

Assim, o Projeto Inventário em Florianópolis deu margem a uma discussão sobre as respostas arquitetônicas às necessidades colocadas no campo da saúde as quais são testemunhos do desenvolvimento urbano e remetem à questão da preservação do patrimônio moderno, cujas

¹ Agradecemos a Casa de Oswaldo Cruz, através do arquiteto Renato Gama-Rosa e da historiadora Gisele Sanglard a oportunidade de integrarmos a equipe do Projeto do Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde.

ações de identificação e análise dão ainda os primeiros passos na cidade. Isso implica em esforço continuado para dar início a políticas patrimoniais através de debates, busca de parcerias e convencimento dos agentes de produção do espaço urbano. Essa preocupação está muitas vezes relacionada à própria eminência da perda da memória materializada nessas edificações sujeitas a um sem número de intervenções e mesmo de demolições.

Felizmente, a manutenção desses bens - notadamente dos prédios públicos - vem sendo garantida pelo seu uso a que se destinam, mas que estão cada dia mais ameaçados pelas transformações sucessivas propiciadas pelo desenvolvimentismo. O projeto Inventário do Patrimônio Cultural da Saúde pode ser uma etapa para o estabelecimento de uma política de proteção a esses bens, especificamente do período moderno, que estabeleça a utilização do instrumento do inventário como mecanismo de salvaguarda, de acordo como previsto na Constituição Federal. Isso se constitui em avanço para o conjunto de ações de preservação nas várias instâncias governamentais.

A investigação, a salvaguarda e a difusão dessa arquitetura e das intervenções urbanas a elas relacionadas são relevantes como resgate das temporalidades espacializadas, referências para a construção de identidades nas cidades contemporâneas, em particular nas brasileiras e em especial em Florianópolis, sujeitas à perda de suas bases históricas materiais.

Florianópolis e a Modernização dos anos de 1930 a 1950.

Nas terras catarinenses, as cidades, no período colonial e imperial, tiveram pouca expressão econômica no contexto brasileiro. Assim, constituíram-se em núcleos urbanos de pequenas dimensões resultando em uma conformação da rede urbana catarinense distinta do padrão de urbanização concentrador de população das regiões brasileiras que se industrializaram no século XX.

A capital do Estado de Santa Catarina manteve sua estrutura econômica sem grandes modificações no decorrer das primeiras décadas do século XX. Sua base econômica continuou a ser o comércio e, secundariamente, a administração pública. Assim, mesmo na condição de capital, era uma cidade pequena com pouca expressão nacional. Por ser capital, beneficiou-se da concentração de empregos públicos, muito embora, até meados desse século, o aparelho estatal ainda era bastante reduzido (AGOSTINHO FACCIO, 1997).

Entre as décadas de 1930 a 1950, apesar dos esforços feitos desde os tempos da Primeira República, segundo a maioria dos autores, Florianópolis viveu um período de estagnação, decorrente da não modernização de sua economia, baseada no comércio, o que foi agravado pela decadência do seu porto. O lento processo de declínio dos transportes e do comércio por via marítima marcou a vida urbana da cidade de Florianópolis desde final do século XIX. Esse processo foi acelerado a partir da década de 1930, com a ascensão do meio de transporte rodoviário a nível nacional, como parte da política de integração nacional, fazendo com que, nos

30 anos seguintes, desaparecesse por completo o sistema de transportes marítimos na cidade. Seu porto, por fim, foi desativado definitivamente em 1964. As precárias ligações rodoviárias com as capitais dos estados vizinhos e com o interior do Estado de Santa Catarina, apesar dos esforços empreendidos no primeiro Governo Vargas (1930/1945), garantiram a capital uma condição de relativo isolamento (AGOSTINHO FACCIIO, 1997; e AMORA, 2006).

A percepção que se tem de Florianópolis nesse período é dela ser “uma cidade sonolenta”. As conseqüências da sua não modernização econômica só não foram maiores, no sentido do crescimento urbano, pela sua condição de capital e ainda por conseguir manter as atividades relativas às funções de lugar central da sua região². Desde a década de 1930, sua economia urbana era apoiada, quase que exclusivamente, nas suas funções político-administrativas e tal situação não se alterou até a década de 1960. A modernização pretendida para a cidade de Florianópolis viria pelas mãos do Estado (AGOSTINHO, 2008).

A partir da política nacional implementada por Getúlio Vargas, o Estado passou a atuar no sentido de viabilizar o desenvolvimento da indústria brasileira. Nesse primeiro momento, o Estado promoveu a regulamentação das relações entre capital e trabalho e ampliaram-se as funções político-administrativas, especialmente, na área da previdência e assistência social com conseqüências diretas nas cidades (AGOSTINHO FACCIIO, 1997).

Entretanto, a construção de uma modernidade brasileira, entre os anos de 1930 e 1945, foi marcada, por um lado, pelo desenvolvimento de um processo de modernização e, de outro, pela permanência de uma matriz social ligada às tradições. A modernidade brasileira ficou, assim, entre dois pólos, o das transformações e o da tradição, ou seja, as estruturas antigas jamais desapareceram por completo, restando submersas e latentes como presença constante no cenário político local (AMORA, 2006).

No longo período de governo de Nereu Ramos (1935-1937 e 1937-1945) ocorreu uma mudança significativa na administração pública, com a criação de novos serviços como os da previdência e assistência dos servidores públicos.

A estrutura administrativa do Estado teve uma significativa expansão, não apenas por aumentar o número de secretarias, de duas para quatro secretarias”, mas porque foram criados diversos novos serviços na área social, especialmente nas áreas da saúde e educação, e de apoio ao desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina (AGOSTINHO FACCIIO, 1997, p.66)

As políticas da Administração de Nereu Ramos (1934/1945), governador do Estado de Santa Catarina, articuladas com o Estado Novo (1937/1945), foram dedicadas à melhoria das condições de urbanidade de suas principais cidades, que seriam espaço de convívio e de disseminação de um novo modo de vida, a mais moderna forma de controle que poderia haver. A saúde pública

² “Assim, a capital do Estado, com um hinterland pobre deslocada dos novos centros dinâmicos da economia catarinense não desenvolveu nenhuma riqueza; contudo, na condição de centro político-administrativo e contando ainda com uma maior organização comercial, observou um crescimento cumulativo da sua estrutura urbana, em função do próprio desenvolvimento da economia catarinense” (SILVA, 1978, p. 85).

participou junto com a educação e demais empreendimentos estaduais na construção do povoação em Santa Catarina (AMORA, 2006).

Nesse período, Florianópolis, vista como uma cidade antiga e com malha viária acanhada, necessitava de urgentes reformas. Mauro Ramos, prefeito indicado pelo governo do Estado, estava fortemente vinculado à idéia da necessidade de modernização da capital e destacou a urgência da organização de um sistema que permitisse aos poucos sua melhoria e embelezamento. Em particular relatava os problemas do trânsito de veículos na área central (AMORA, 2006). Assim, reformas urbanas foram feitas no centro da cidade — entre a Praça XV e o local onde foi construído o DSP - Departamento de Saúde Pública, próximo à área da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, na entrada da cidade.

A década de 1940 aponta para o crescimento da cidade em direção norte, com a construção de uma série de equipamentos institucionais considerados não condizentes com a centralidade (AMORA etti alli, 2007), como hospital, asilo, prisão e cemitério e a configuração do sistema viário naquela direção, como a finalização da Avenida Mauro Ramos, que se constituiu como importante vetor de crescimento. É desse período ainda a melhoria dos sistemas de abastecimento de água da área central e sua expansão em direção a área da Agrônômica e do Saco dos Limões (LAZZARIS, 2009).

Apesar dessas iniciativas, a sociedade local ainda ressentia-se da estagnação econômica e do isolamento. Graças ao crescimento das funções político-administrativas e também devido à ampliação geográfica de seu território a cidade ainda manteve um relativo crescimento urbano nesse período. Entretanto, um sentimento de “inferioridade” em relação às outras capitais se formava e é revelador o fato de que a anexação do Estreito à Florianópolis pelo então governador Nereu Ramos decorreu da cidade aparecer de forma “inexpressiva no anuário de estatísticas” (AGOSTINHO, 2008).

Na década de 1950, a inquietude e a insatisfação quanto à modernização de Florianópolis ganha uma nova dimensão: “a vontade de ser moderno”, segundo Lohn (2002, p. 29-30), surge a constituição de “uma idéia de futuro para a cidade de Florianópolis” que para o autor foi “uma das construções culturais” mais significativas na cidade. Podemos perceber claramente a partir dos relatos deste autor, como a ideologia desenvolvimentista apresentava-se em Florianópolis, enquadrando-a como uma cidade atrasada e tentando fazer crer que o progresso era necessário e inevitável.

Desde a década de 1950, constituiu-se um discurso desenvolvimentista cujo objetivo era tirar Florianópolis do “atraso”, da “estagnação” e expressava a “vontade de crescer”, tirar Florianópolis da posição de inferioridade em relação às capitais vizinhas, e apontava para a necessidade de transformar a cidade em uma “metrópole”. Este discurso buscou uma ação concreta, a partir da década de 1960, via intervenção do Estado (AGOSTINHO; AMORA, 1993).

Para Lohn (2002, p. 29-30), a pequena Florianópolis foi influenciada pelo "processo material e simbólico que atingia o Brasil do pós-guerra, com a redemocratização e a industrialização através do ingresso de capital externo". Entre 1950 e 1960, segundo o autor, essa representação social revelou-se através da difusão cotidiana de discursos e imagens. Um novo modo de vida era veiculado pela publicidade, por meio do rádio, cinema, jornais, revista e televisão.

A construção dessa representação estava diretamente ligada às forças políticas locais. A imprensa era "quase que totalmente vinculada aos interesses dos dois grandes partidos políticos que disputavam a hegemonia em Santa Catarina, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN)". Os jornais eram basicamente "órgãos destinados a difundirem as opiniões e preceitos dessas correntes políticas". Nesse momento, se intensificaram as buscas de alternativas para o desenvolvimento da cidade com a promoção de seu crescimento acelerado e de lhe dar feições de uma 'verdadeira capital'. (Idem, p. 31 e p. 69 -71).

É desse momento na gestão do prefeito Paulo Fontes - indicado pela UDN - a elaboração do primeiro Plano Diretor para Florianópolis. O Plano foi encomendado a um Escritório de Urbanismo de Porto Alegre, cujos autores foram Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Pereira Paiva. Iniciado em 1952 e aprovado em 1955, o Plano foi concebido segundo os paradigmas do urbanismo moderno e expressou os interesses em construir uma alternativa econômica para Florianópolis, baseada no desenvolvimento da indústria.

Segundo Rizzo (1993), no diagnóstico do plano a cidade era concebida como "atrasada" do ponto de vista industrial e comercial e sua área de influência não tinha as condições econômicas necessárias para dar suporte a uma cidade de maior porte. Assim, o plano propunha soluções urbanísticas que contribuíssem para o desenvolvimento através da indução de um processo de industrialização.

Para os autores do Plano a cidade de Florianópolis "fazia parte do atraso" e só a entrada definitiva no mundo industrial iria superá-lo, transformando a cidade em um grande centro urbano (LOHN, 2002, p. 81). Sua proposta mantinha a expansão urbana ainda dentro da área central da cidade e apontava duas alternativas principais impulsionadoras do desenvolvimento: a primeira, o incentivo ao turismo na ilha, e a segunda seria a construção de um porto marítimo no lado continental norte.

A maioria dessas propostas jamais foi implantada e o projeto resultou na prática na aprovação do código de obras de Florianópolis. Entretanto, para Lohn (2002), com esse processo viabilizou-se a privatização do interesse público, lançando no futuro as relações de privatização do público que formavam a tradição oligárquica do Estado brasileiro.

Tratava-se de uma modernização de cunho conservador e esse processo ocorreu em Florianópolis nos marcos da contradição entre tradição e progresso. Assim, as transformações sociais e políticas nesse período foram lentas, sem rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais (LOHN, 2002).

É neste contexto que estão inseridos os edifícios públicos estudados os quais marcam o espaço urbano como parte desse processo de modernização. Eles são representantes materiais e simbólicos da modernização, apresentando em seus projetos referências contraditórias tanto da tradição como da modernidade, no campo da saúde e da arquitetura (AMORA, 2006). Esses exemplares estiveram articulados ao crescimento da cidade, por meio de sua localização em áreas de expansão da sua malha, bem como parte da verticalização da área central. Destacamos a seguir as quatro edificações que na década de 1930, 1940 e início dos anos de 1950 tiveram este papel.

Edifícios modernos para a saúde

O primeiro desses edifícios é o antigo prédio do Departamento Estadual de Saúde Pública, localizado em área próxima ao centro urbano, exemplar representativo do novo governo instalado após a Revolução de 1930 e das políticas públicas de saúde. Da mesma época é o edifício do Hospital Nereu Ramos, implantado em área de expansão da cidade em direção norte, construído dentro de modernos preceitos de higiene. O edifício IPASE, da década de 1940, foi construído para abrigar um serviço de previdência social e ainda hoje, ocupado pelo INSS, mantém seu uso original de órgão público. Juntamente com o edifício do antigo IAPC, construído ao seu lado, representaram o início da verticalização da área central da cidade.

Departamento de Saúde Pública – DSP

A implantação do Departamento de Saúde Pública de Santa Catarina foi fruto de políticas públicas de saúde durante o primeiro governo Vargas. Com a aprovação da Lei 378 em 13 de janeiro de 1937, estabeleceu-se um sistema administrativo nacional para a educação e para a saúde.

No governo de Nereu Ramos (1935-1945), já em 1936, sob a orientação do Departamento Nacional de Saúde procedeu-se em Santa Catarina um programa inovador com a reestruturação do atendimento público no estado. Nesse sentido, foi elaborada a lei de número 138, de 14 de novembro de 1936, transformando a antiga Diretoria de Higiene, localizada na capital em Departamento de Saúde Pública (DSP).

Em 1939, foram concluídas as obras do prédio do Departamento de Saúde Pública, especialmente projetado para exercer essa função e também a função de Centro de Saúde de Florianópolis, com acesso pela Rua Felipe Schmidt. Sua inauguração ocorreu em 11 de março de 1940, quando da visita do Presidente Getúlio Vargas e foi amplamente divulgada na imprensa. O novo prédio do Departamento de Saúde Pública foi implantado em terreno de 525 m², no entroncamento da Rua Felipe Schmidt com a Avenida Rio Branco, em local para onde se encaminhou durante a administração do prefeito Mauro Ramos o desenvolvimento da área central da cidade, em direção ao acesso viário do continente pela Ponte Hercílio Luz, conferindo aspecto de progresso a quem afluísse à cidade por essa via e marcando simbolicamente o Estado Novo junto à ponte, principal obra da velha República.

O partido adotado para o edifício pelo autor do projeto, o arquiteto Paulo Motta, formado na Escola Nacional de Belas Artes, seguiu as orientações funcionais explicitadas pelo sanitarista Ernani Agrícola. Motta optou pelo desenvolvimento dos espaços circundando pátios e por circulações avarandadas. Idealizou um pátio interno em alusão aos espaços de uso comum protegidos da nossa arquitetura colonial e as variadas funções impostas foram destacadas na volumetria da fachada.

Na linguagem plástica, o arquiteto optou pela variante *missões* do neocolonial que, apesar de ter tido suas raízes na arquitetura ibérica, apresentava características especiais, sendo pouco valorizada e de cunho mais popular. Diferente do neocolonial de origem luso-brasileira, geralmente com planta retangular e telhado em quatro águas, essa vertente propiciava uma maior liberdade compositiva com os diversos volumes justapostos e telhados independentes.

Por outro lado, numa mescla de tendências expressivas da modernidade, no lançamento do prédio no terreno de esquina o arquiteto optou por uma entrada destacada no vértice, conotando as experiências inspiradas no racionalismo italiano e apropriadas em muitos projetos estatais pelo Brasil³.

Hospital Nereu Ramos

O Hospital Nereu Ramos foi concebido e idealizado dentro da política do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas de criação de serviços públicos de saúde no Brasil, em particular em Santa Catarina. Este projeto está inserido dentro da iniciativa federal de combate e tratamento das doenças infecto-contagiosas, por meio da construção de hospitais de isolamento.

A área da cidade onde foi construído o hospital - conhecida nesse período por Pedra Grande - era pouco povoada e possuía um relevo propício para a implantação de um equipamento hospitalar destinado ao tratamento da tuberculose e demais doenças contagiosas. Por outro lado, essa localidade é parte da área de expansão da cidade onde foram implantados equipamentos não condizentes com a centralidade.

A construção da edificação se inicia no ano de 1940 na parte mais alta da localidade, onde as condições climáticas eram coerentes com as diretrizes e ideologias referentes ao tratamento dessas doenças. Construído para atender inicialmente a 100 pacientes, em sua inauguração 60 desses leitos eram para pacientes com tuberculose e 40 para outras doenças infecciosas e parasitárias, com atendimento tanto para adultos como para criança.

O projeto do Hospital Nereu Ramos foi desenvolvido pelo arquiteto Paulo Motta, chefe da Seção Técnica no período de 1936 a 1940 da Diretoria de Obras Públicas, dirigida durante o Governo Nereu Ramos pelo engenheiro Udo Deeke. O projeto de Motta reflete a sua formação acadêmica na Escola Nacional de Belas Artes, pródiga de referências contraditórias do moderno e do nacional, o que ocorreu como conseqüência do embate entre acadêmicos e conservadores de um

³ Ver Capítulo III de Amora (2006).

lado e pelos novos ares modernista, por outro, levados pela curta passagem de Lúcio Costa na sua direção, mas que teve grande e duradoura repercussão entre os estudantes e profissionais.

Observamos na concepção projetual o modelo pavilhonar, cujas unidades se articulam por meio de passagens cobertas voltadas para pátios ajardinados internos. A existência desses jardins envolvendo a edificação permite a orientação em relação à insolação e uma setorização funcional dos espaços, com circulações abertas que os ligam.

A primeira e maior unidade, com enfermarias para pacientes em estado menos grave, toma a forma de ferradura propiciando a criação em um dos lados de circulações voltadas para jardins internos e, do outro, de grandes espaços avarandados – solários – voltados para o quadrante norte e para a anteriormente aprazível e bucólica paisagem do entorno. A forma semicircular da ferradura, ao mesmo tempo que confere certa privacidade na utilização das varandas pelos pacientes, dá plasticidade ao ambiente.

Esse edifício é dividido simetricamente por um volume em dois pisos que marca a entrada do complexo adentrando o pátio circunscrito pela ferradura em circulação avarandada. Neste volume encontram-se as atividades administrativas do hospital. Sua concepção plástica nos parece inspirada na composição neoplástica e cria identidade ao projeto. Sua volumetria é constituída por volumes justapostos em três planos, com o sólido destinado à circulação vertical em destaque, com aberturas em brises em um lado - na esquina, e o outro ladeado pela marquise fixando a entrada. Posteriormente, como extensão do segundo pavimento deste setor, foi construída uma capela sobre a circulação avarandada, a qual também foi posteriormente fechada construindo-se salas administrativas nas laterais deste corredor de entrada sob a capela.

IPASE - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores

O edifício onde atualmente funciona a sede da Gerência Regional Sul do INSS⁴, localizado na área central da cidade, junto à praça Pereira Oliveira, foi construído pelo IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado⁵, nos anos de 1944 e 1945, e é mais conhecido como “edifício IPASE”.

Posteriormente, o edifício foi ocupado, entre outros órgãos, pelo INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, quando este foi criado em 1966 e pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, também a partir da sua criação em 1990.

O terreno onde está localizado a edificação foi adquirido pela instituição em 21 de outubro de 1942, da Fazenda do Estado de Santa Catarina, representada pessoalmente naquele momento pelo Sr. Nereu Ramos, então governador de Santa Catarina. O projeto do edifício foi aprovado em 1943 sendo a data provável da construção o ano de 1945. A obtenção do "*Habite-se*", ou seja, a liberação para o seu funcionamento foi dada em 19 de novembro de 1948.

⁴ INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

⁵ O IPASE foi criado em 1938 pelo Decreto-Lei n. 288, no Governo de Nereu Ramos.

O projeto do edifício foi elaborado pelo arquiteto Raul Pinto Cardoso e a responsabilidade pela sua construção foi do engenheiro Caluy Ramps. Segundo Castro (2002, p.28), o IPASE está “entre os edifícios que ensaiaram os primeiros passos da arquitetura moderna funcional em Florianópolis”.

Identifica-se neste prédio, ao lado de uma configuração clássica marcada por um eixo de simetria e estruturação do projeto de forma tripartida, a influência dos princípios elaborados por Le Corbusier para a arquitetura moderna, sintetizados em cinco pontos: pilotis, planta livre, fachada livre, as janelas horizontais e o terraço-jardim. A leitura das plantas sugere ainda uma inspiração do arquiteto no recém construído edifício do Ministério da Educação e Saúde – MES, no Rio de Janeiro.

O edifício IPASE possui planta livre obtida pela estrutura independente de concreto armado, com quatro pavimentos-tipo, térreo, subsolo e terraço, formando um total de 4.698 m² de área construída. Na fachada observa-se uma tentativa de ampliação das aberturas, ensaiando as janelas horizontais ao longo da fachada. Estas janelas possuem uma seqüência reforçando as linhas horizontais, sugerindo continuidade e interligação entre elas. Isto se tornou possível com a utilização das novas tecnologias construtivas do concreto, permitindo a independência entre estrutura e vedação.

No pavimento térreo, identificam-se os pilotis e uma tentativa de promover seu uso público. Diz Castro que o edifício é lançado sobre pilotis na calçada, criando um tipo de galeria coberta, demarcada pela seqüência de pilares. Mais adiante constata que no projeto do IPASE

se ensaia um uso público para a área coberta em torno do edifício, com uma circulação para pedestres, sob uma marquise. Esta solução foi amplamente adotada em diversas cidades brasileiras nos anos quarenta, formando longas avenidas com calçadas cobertas (CASTRO, 2002, p. 121).

Dando continuidade a identificação dos códigos modernistas no projeto observa-se no último piso a existência de terraços. Estes circundam um apartamento, proposto no programa para atender a demanda de visitantes institucionais, devido uma deficiência na infra-estrutura de hospedagem na cidade nessa época. Posteriormente, o espaço reservado para o apartamento foi utilizado por algum tempo como bar/restaurante para os funcionários, o que reforçou a idéia de terraço-jardim com uso coletivo.

A construção do edifício IPASE teve um impacto na vida cotidiana da cidade, sendo um dos primeiros edifícios construídos e primeiro a contar com elevadores. O edifício ainda permanece com suas características arquitetônicas originais.

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

O IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes construiu sua sede em terreno localizado do centro da cidade de Florianópolis, na segunda metade da década de 1950. Este

edifício se localiza do lado esquerdo do “edifício IPASE”, para quem está situado na praça Pereira Oliveira.

O IAPC constituía-se em um dos vários institutos de previdência que existiam até a década de 1960, então organizados por “ramos” de funcionários. Em 1966, o governo federal criou o INPS – Instituto Nacional da Previdência Nacional, unificando, através desse órgão, os vários institutos de previdência. Em 1977, uma nova reforma estrutural concluiu a unificação de todos os antigos institutos de previdência (AGOSTINHO FACCIO, 1997).

No edifício sede do IAPC, instalou-se então o INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Posteriormente, no início da década de 1990, a previdência sofreu novas e importantes reformulações de ordem estrutural, descentralizando a assistência médica através da implantação do SUS – Sistema Unificado de Saúde. O INAMPS foi transformado em Escritório de Representação do Ministério da Saúde (AGOSTINHO FACCIO, 1997).

O projeto do edifício foi elaborado em 1954, sob responsabilidade do engenheiro Carlos Francisco Valente e do arquiteto Hugo de Oliveira Lopes, ambos profissionais vinculados ao IAPC, no Rio de Janeiro. O engenheiro Domingos Trindade, acompanhou as obras de construção do edifício, sendo concluído em 1958 (CASTRO, 2002).

Segundo Castro (op. cit.), o projeto final propunha um edifício com 10 pavimentos: um subsolo, um térreo e oito pavimentos-tipo, chamados de “salões corridos”, uma expressão utilizada para designar o espaço gerado pela planta livre, decorrente da utilização da estrutura independente de concreto armado. No décimo andar, localizava-se o apartamento da zeladoria.

Pode-se destacar na edificação pertencente ao IAPC o reflexo desta tendência já ajustada ao novo ciclo de construções urbanas. A verticalidade se impõe aliada ao uso no projeto dos pontos corbusianos - como a planta livre nos pavimentos-tipo, do terraço como cobertura no último pavimento e a fachada marcada pela composição com janelas horizontais. Contudo, a idéia do *espaço contínuo* no primeiro piso, propiciado pelos pilotis, com a finalidade de deixar fruir o espaço público, foi negligenciada pelo arquiteto em favor da ocupação máxima do térreo, apenas recuado em relação ao corpo do edifício.

Os edifícios modernos e a cidade

Os edifícios estudados, entre outros, construídos no período abordado representaram simbolicamente a modernização da capital de Santa Catarina. Os edifícios do IPASE e IAPC, situados na área central da cidade, foram influenciados pelo movimento de modernização do país e fizeram parte do processo de verticalização iniciado em Florianópolis na década de 1940 e intensificado a partir da década de 1950.

A localização do Edifício IPASE junto à Praça Pereira Oliveira veio reforçar um processo de expansão nas localizações dos prédios públicos até então concentrados na praça XV de Novembro. Nesta praça, ponto de origem e elemento estruturador do núcleo urbano,

concentraram-se as principais sedes das instituições públicas no período colonial, imperial e posteriormente, republicano.

Nesta área onde está situada a Praça Pereira Oliveira e seu entorno, um ponto mais ao norte da Praça XV de Novembro, ocupada predominantemente por casarios antigos, no início do século XX, foram localizadas as sedes da Assembléia Legislativa, o “Palácio do Congresso Representativo do Estado”, em 1910 e o “Palácio da Justiça” em 1929, ambos prédios característicos da arquitetura neoclássica e eclética, respectivamente.

A construção do edifício IPASE teve significativo impacto no cotidiano da cidade. Sua volumetria destacava-se na paisagem da cidade que se constituía predominantemente de casarios antigos. Foi o primeiro edifício a contar com elevadores, uma novidade que atraía a população curiosa para constatar e vivenciar aquela invenção da modernização.

A Figura 8 faz parte do levantamento topográfico elaborado em 1947 para construção do prédio do IAPC. Nesta perspectiva avistamos o prédio do IPASE aos fundos e em primeiro plano o casario antigo remanescentes do período colonial. Esta imagem é reveladora do contraste representado pela construção desse prédio moderno na paisagem da cidade, onde ainda predominava a arquitetura de casas e sobrados de testada estreita do período colonial, bem como a arquitetura neoclássica e eclética do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O patrimônio moderno na cidade contemporânea – o caso de Florianópolis.

A modernização de Florianópolis contou com o papel fundamental do poder público. A modernização pelo desenvolvimento da indústria, como propunha o Plano da década de 1950 não se concretizou. Desde então o Estado teve um papel fundamental para promover o desenvolvimento econômico e urbano da capital catarinense, cujo objetivo tem sido transformar Florianópolis em uma grande metrópole, condição para a modernização desejada.

Nas últimas décadas, o turismo que há muito vem sendo considerado uma possibilidade de desenvolvimento econômico, ganhou uma dimensão maior a partir do investimento em grandes empreendimentos. O modelo econômico intensivamente buscado em Florianópolis, desde meados da década de 1980, está baseado neste ramo como momento de realização da reprodução do capital impulsionado pelas condições colocadas pela chamada globalização. Os interesses econômicos são aguçados e o Estado tem atuado para viabilizar esse modelo. A ação do poder público municipal e estadual intensificou, nos últimos anos em Florianópolis, essa ação impulsionadora do desenvolvimento em favor de um projeto de cidade ligado aos grandes empreendimentos e à especulação imobiliária, especialmente, as práticas de valorização de terras a partir dos investimentos públicos. (AGOSTINHO, 2008)

Esse modelo certamente tem implicações quanto à preservação do patrimônio cultural da cidade. A exemplo de outras cidades, o patrimônio cultural tem sido constantemente transformado em mercadoria para o consumo turístico. Segundo Jacques, vêm se multiplicando projetos de

revitalização urbana de caráter patrimonial realizados em cidades brasileiras por intermédio da conservação do patrimônio cultural. Para a autora, “a maior parte desses projetos repete a mesma fórmula, sem questionamento crítico: patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização dos espaços, e o que é pior, gentrificação” (JACQUES, p. 11 e 12, in: JEUDY, 2005).

Neste sentido, a questão do patrimônio arquitetônico na cidade contemporânea, em particular em Florianópolis, não pode ser pensada somente a partir do edifício em si, devemos percebê-lo no seu contexto urbano mais amplo, o que este representou e representa para a população e para a dinâmica urbana.

Este é um trabalho que exige perceber o patrimônio em toda sua complexidade, ou seja, antes de mais nada, deve-se buscar uma abordagem interdisciplinar do objeto analisado. Conhecer a história de um patrimônio arquitetônico é fundamental para a sua preservação, mas não é suficiente, precisamos compreendê-lo também a partir a partir do nosso olhar atual, pois, as reconstruções partem do presente, contextualizando esses edifícios na cidade contemporânea.

A maneira mais eficaz para a preservação de um patrimônio arquitetônico é pelo seu uso, principalmente se este mantém o uso original. O patrimônio moderno em geral está vinculado às funções de trabalho e moradia. Os edifícios estudados têm mantido a sua preservação e conservação pela manutenção de suas funções originais, fato que deve ser estimulado. Nesse sentido, causa preocupação as intenções do Governador do Estado de Santa Catarina em transferir todos os órgãos do governo estadual para uma nova sede deslocada do centro de Florianópolis. Certamente, esta medida causará um impacto profundo para a vida urbana, em especial, para o centro histórico, com conseqüências também para a preservação do seu patrimônio arquitetônico. As conseqüências dessa ação não tem sido seriamente avaliadas pelos formuladores da proposta. O que se vislumbra neste contexto é a eliminação da vida urbana do centro da cidade que é rica, popular e dinâmica - pelo menos no horário de funcionamento do comércio e escolas noturnas - para depois se implementar os já conhecidos “planos de revitalização”.

O instituto do inventário como instrumento de preservação⁶

Segundo Miranda (sd) com a Constituição Federal de 1988 o instituto do inventário foi elevado no Brasil a instrumento jurídico de preservação do patrimônio ao lado de outras formas de acautelamento e proteção como o tombamento, a desapropriação, os registros, etc⁷.

Entretanto, em nível Internacional este instrumento não é uma medida nova e constitui uma das formas mais antigas de proteção do patrimônio cultural. O autor, além de citar a França, onde a política formal do inventário se iniciou em 1837, e as recomendações da Carta de Atenas, em

⁶ Agradecemos do a Ulisses Munari, Superintendente da 11ª Superintendência Regional do Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural-IPHAN,, em Santa Catarina do, parceiro na luta pela preservação do patrimônio catarinense e que nos fez chegar às mãos esse texto.

⁷ O autor cita que o assunto é tratado na carta magna no art. 216, § 1º.

relação a indicação da realização de inventários nacionais de monumentos históricos, trata de fazer uma análise comparada do uso desse instrumento em países como a França, Portugal e Espanha. Concluindo que tais países têm nessa medida um eficiente instrumento de preservação.

Por inventário o autor identifica o “registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros.” Assim, o inventário é, por meio desse olhar qualificado sobre um determinado bem, o reconhecimento pelo poder público da sua importância cultural sendo dessa forma *um ato administrativo declaratório restritivo* (op.cit).

Diverso do instrumento do tombamento que requer um processo mais lento e mostra-se mais adequado a bens considerados *excepcionais* e *notáveis*, o inventário é uma medida mais branda, rápida e eficiente, principalmente no caso do poder público ter que se posicionar com relativa urgência e em relação a patrimônios mais singelos e representativos dos diversos segmentos e grupos sociais da nação brasileira (idem).

No caso do patrimônio cultural da saúde esta medida pode efetivamente preservar as edificações que foram identificadas e descritas no inventário, as quais na sua maioria não constituem bens indicados a tombamento, mas são exemplares representativos do campo da saúde, bem como demonstram de que forma os arquitetos traduziram as idéias médicas em projetos e edificações.

Esse procedimento pode vir ainda a fortalecer iniciativas de outros grupos sociais na proteção dos seus respectivos bens e, especificamente, a história e o patrimônio cultural da saúde, valorizando questões como identidade e memória, contribuindo, dessa forma, para a conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio histórico-arquitetônico como atributo para o exercício da cidadania.

Considerações finais

A pesquisa acerca do patrimônio da saúde em Florianópolis nos levou a fazer uma reflexão sobre o contexto histórico e urbano. Especificamente sobre os exemplares modernos desse inventário, observamos que eles surgiram em momentos de mudança e de busca de alternativas de desenvolvimento.

O diálogo com os órgãos de patrimônio municipal - Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural – Sephan, ligado ao IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis⁸, e federal - 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional - IPHAN, em Santa Catarina - nos fez perceber a importância do Projeto Inventário, viabilizado através de uma instituição de renome internacional e com credibilidade como a FIOCRUZ. Esses órgãos de patrimônio encontram-se na linha de frente na tentativa de preservar bens arquitetônicos modernos e se vêem constrangidos pelos inúmeros interesses ligados à valorização fundiária,

⁸ Agradecemos a Suzane Albers Araújo e Betina Adams pelo apoio à nossa pesquisa.

cujo impacto implica em um sem número de demolições e a perda efetiva de parte da memória da cidade.

A possibilidade de um inventário da natureza do realizado em Florianópolis traz o reconhecimento pelo poder público da importância cultural desses bens e reforça as iniciativas locais de conscientizar a sociedade em geral e as instâncias que decidem os rumos do desenvolvimento da cidade a incluir esse patrimônio nas propostas para a cidade, não como cenário e espetáculo, mas como parte da dinâmica e da vida urbana.

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO FACCIO, Maria da Graça. O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

AGOSTINHO, Maria da Graça. Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas: o caso do Parque da Luz em Florianópolis. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. Verbetes do Escritório de Representação do Ministério da Saúde em Florianópolis. Rede Brasil, Projeto Inventário do Patrimônio Cultural, Grupo de Trabalho de Florianópolis/ Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

AGOSTINHO, Maria da Graça; AMORA, Ana Albano. Desenvolvimento urbano de Florianópolis: o caso do Campeche. Florianópolis: março de 1993. (não publicado).

AGOSTINHO, Maria da Graça; AMORA, Ana Albano. Verbetes do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Rede Brasil, Projeto Inventário do Patrimônio Cultural, Grupo de Trabalho de Florianópolis/ Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

AMORA, Ana Albano. Arquitetura da infra-estrutura de saúde em Santa Catarina – (1935/1945). In: Caderno de Resumos do III Seminário DO.CO.MO.MO. Brasil – A Permanência do Moderno, São Paulo: 1999.

_____. O nacional e o moderno: a arquitetura e saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2006. 340 f.

AMORA, Ana Albano et Alii. Verbetes do Laboratório de Entomologia da Vigilância; Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIAF; Grupo de Apoio aos Portadores de AIDS. Rede Brasil, Projeto Inventário do Patrimônio Cultural, Grupo de Trabalho de Florianópolis/ Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

AMORA, Ana Albano; LAZZARIS, Milana Cristina. Verbetes do Hospital Nereu Ramos. Rede Brasil, Projeto Inventário do Patrimônio Cultural, Grupo de Trabalho de Florianópolis/ Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

AMORA, Ana Albano Amora et Alii. Rede Brasil, Grupo de Trabalho de Florianópolis/ Santa Catarina. Relatório final do inventário nacional do patrimônio cultural da saúde. Florianópolis, 2007.

CASTRO, Eloah Rocha Monteiro de. Jogos de Formas Híbridas, Arquitetura e Modernidade em Florianópolis na década de 50. 2002. 143 f. Tese (Doutorado em História Cultural) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Santa Catarina: revista de propaganda do Estado e dos municípios. –nº1, 1939. Edição Facsimilada/ Governo do Estado. -Florianópolis: Governo do Estado, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Prefácio. in: JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LAZZARIS, Milana Cristina. As políticas de saúde e as intervenções no espaço urbano: Florianópolis, 1930-1945. 2009. 123f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Centro Tecnológico, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LOHN, Reinaldo. Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis 1950 - 1970. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. "O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro". Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11164>. Acesso em: 10/12/2008.

Revista O Construtor, n. 59, jan-fev de 1944.

RIZZO, Paulo B. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis. 1950 a 1990. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SILVA, Etienne Luiz. Desenvolvimento urbano periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978.